

REFLEXÕES SOBRE A ATUAL CRISE BRASILEIRA: A QUESTÃO EDUCACIONAL E O DESCONHECIMENTO DOS VALORES BÁSICOS DA CONVIVÊNCIA SOCIAL

José Eduardo Marques Mauro *

RESUMO

Examina, em particular, dois dos males endógenos que corroem as estruturas do país, há já algum tempo. No que concerne à questão educacional assinala, de um lado, a decadência geral dos níveis dos ensinos de primeiro, segundo e terceiro graus e, de outro, ressalta o perigo que representa para a vida cotidiana da nação a formação de profissionais incompetentes em todos os campos de atividades. Reclama, por fim, a necessidade da adoção de uma política educacional global plasmada numa nova filosofia que seja capaz de inverter a atual maré de comodismo e imperfeição reinantes no país. No que respeita ao desconhecimento dos valores básicos da convivência social entende que esse fato compromete a vida em sociedade como um todo, distorce os valores, degrada os níveis de relacionamento, exacerba o individualismo e dificulta a sobrevivência dos mais fracos.

Unitermos: crise brasileira – filosofia educacional – normas de convivência social – questão educacional

I. INTRODUÇÃO

As considerações ora publicadas fazem parte de um ensaio mais abrangente sobre a atual crise brasileira, elaborado no primeiro semestre de 1988. Na primeira parte do trabalho são enfocados os aspectos mais visíveis da crise, os flagrantes fotográficos de um processo em dissolução, tais como a conjuntura econômica de curto prazo desfavorável, o nível de pobreza geral da população brasileira, a precariedade da vida nas regiões metropolitanas, a questão habitacional, a questão da saúde e da higiene, a questão do menor, a insegurança do cidadão com relação à escalada da violência urbana e rural.

Na segunda parte dessa análise são tratados os *males endógenos* mais profundos que corroem a estrutura e que, no conjunto, estão comprometendo

(*) Professor Assistente Doutor do IEB (área de História).

a continuidade do sistema democrático representativo. Se não forem combatidos e dominados de forma enérgica nenhum esforço sério para reerguer o país será eficaz, pois, eles continuarão a atuar de forma avassaladora, trituando quaisquer medidas paliativas que forem adotadas.

Dentre esses males endógenos foram alinhados os seguintes:

1. a questão educacional;
2. o desconhecimento dos valores básicos da convivência social;
3. a desorganização do aparelho burocrático;
4. a doença nacional da corrupção em todos os níveis;
5. a falta de líderes e a fraqueza dos instrumentos de arregimentação social;
6. o desestímulo à iniciativa privada;
7. a comunicação social deformada;
8. a república da improvisação, do provisório, do interino.

Por fim, o ensaio contém capítulo final em que são formuladas *sugestões genéricas para se emergir da crise*.

A presente publicação apresenta somente dois capítulos da segunda parte do trabalho, nos quais são enfocados, respectivamente, a questão educacional e os valores básicos da convivência social.

II. A QUESTÃO EDUCACIONAL

O *analfabetismo* é um problema nacional que se arrasta desde o processo da independência brasileira. Não é, assim, uma questão nova.

Os primeiros censos demográficos oficiais registraram índices de analfabetismo acima de 70% da população do país. Esforços no sentido de reduzir esses dados foram objeto de preocupação desde os gabinetes da monarquia e dos governos republicanos. Depois dos anos quarenta deste século, os índices recuaram progressivamente mas, ainda, permanecem altos, tendo em vista que na maioria dos países avançados eles foram praticamente eliminados.

O *ensino secundário* também sempre apresentou deficiências seculares seja do ponto de vista do atendimento insuficiente à população em idade escolar, seja do ponto de vista dos seus aspectos qualitativos. Portanto, essa lacuna, igualmente, não se apresenta como uma questão nova.

A ausência do *ensino universitário* até às vésperas da independência e os passos modestos realizados pela monarquia nesse sentido – criação de algumas academias de direito e medicina na 1ª metade do século XIX e, depois, de escolas de engenharia na 2ª metade – revelam o descaso do então governo central com a preparação da educação de nível superior. As primeiras universidades começaram a funcionar mesmo na terceira década do nosso século, representando uma defasagem incomensurável na formação cultural da nação. Esse fato, no entanto, não impediu que uma minoria da elite dirigente se apresentasse razoavelmente preparada mercê da formação adquirida nos mais importantes centros de estudos superiores, principalmente, da Europa, prática essa que aliás data dos tempos coloniais. Esse *handicap* também, não é uma questão nova.

A partir da Primeira República, é preciso registrar, alguns Estados, como por exemplo o de São Paulo, procuraram atacar a questão nos três níveis: o

da instrução primária, o da secundária e o da superior. Considerável volume de verbas foram aplicadas na expansão do ensino básico, no secundário tradicional e no técnico. Nesse sentido, os dados estatísticos demonstram esses esforços. Também, no nível superior, foram criadas faculdades e escolas de ponta para a época e, depois, a primeira universidade fundada por Armando de Salles Oliveira no Estado de São Paulo. Os resultados foram encorajadores não tanto em número de alunos mas pela qualidade do ensino oferecido. A rede pública de instrução básica e secundária ganhou prestígio entre a população e os setores médios da sociedade puderam ter maior acesso às novas oportunidades oferecidas.

Por outro lado, o ingresso de docentes nas escolas passou a se dar por mérito e multiplicaram-se especialistas das mais variadas áreas. As universidades e a burocracia estatal passaram a valorizar o aperfeiçoamento dos seus quadros através de cursos no Exterior, propiciando mesmo facilidades aos que desejavam realizá-los. O preparo alcançado por um universitário em algumas escolas do país chegou a ser considerado de bom nível em relação à médias das escolas de nível superior da América e da Europa. Os conhecimentos acumulados por um recém-formado, na média do país, possibilitavam um desempenho profissional razoável seja no nível da responsabilidade das suas tarefas seja quanto à qualidade dos serviços oferecidos. Não há dúvida, entretanto, que apenas a uma minoria era facultada a oportunidade de concluir um curso condigno. Mas o que tinham acesso a ele saíam com um preparo de boa qualidade. Até o final dos anos sessenta (pelo menos em áreas do Sudeste) já se havia cristalizado uma mentalidade de ascensão pelo mérito. O que se procurava num médico, num engenheiro, num advogado, num economista, num arquiteto era acima de tudo *a competência*. O que se condenava, o que se execrava era uma falha profissional por incompetência. As regras éticas de algumas categorias profissionais chegaram a atingir elevados padrões de exigência, influenciando no comportamento dos seus componentes. A carreira profissional não se restringia apenas à obtenção de cargos ou posições mas também se levava em conta os meios para se chegar a eles. A regra esperada era a do acesso gradativo, por mérito, a funções hierarquizadas, ao longo de um tempo considerável.

A formação geral de um profissional era um dado relevante. Não eram admitidas falhas graves de conhecimento geral. Um êxito razoável estava, geralmente, ligado a um bom conhecimento de generalidades.

Outro aspecto relevante era a existência de quase um perfil de exigência de conhecimentos de acordo com a instrução de cada categoria profissional. Assim, por exemplo, um profissional de nível médio ou superior não poderia desconhecer elementos básicos da matemática, geografia, física, história, política ou mesmo artes. Um indivíduo com diploma não poderia desconhecer onde se situava Paris ou Nova York, ignorar Beethoven ou Mozart, não saber o que Einstein ou Oswaldo Cruz haviam descoberto. Que profissional liberal poderia trocar vocábulos, errar na concordância da sua linguagem escrita ou falada sem receber qualquer sanção social? Aceitava o fato de seu colega, mais preparado, atingir um grau de aceitação e sucesso maior que o seu. Eram, assim, inconcebíveis determinadas falhas ou desconhecimentos básicos e quem se arriscasse a desafiar esse *status quo*, com certeza, poderia ser ridicularizado pela sua incompetência ou descuido de formação geral.

Exigia-se até uma boa assimilação do “traquejo social” imperante e as regras de “boas maneiras” eram impiedosas.

Na realidade, a elite do saber que se cristalizou pouco a pouco era respeitada e valorizada por todo o corpo social. Essa é uma constatação, não se trata de uma explicação ou justificativa de comportamento ou de aceitação dessas regras. As razões não estão em causa, nem são objeto de análise. Mas os resultados eram aproximadamente esses.

As profissões que exigiam uma formação universitária requeriam, por parte do profissional, uma contrapartida em dedicação, comportamento e preparo, bastante elevados. Os quadros que exigiam formação média eram bem diferenciados dos que não requeriam formação alguma. Não se passava “impune” pelos bancos escolares. Havia, assim, uma correspondência entre o conhecimento e o diploma. O “canudo” por si só não produzia “milagre”. Os que logravam completar o curso e não correspondiam aos requisitos exigidos poderiam fracassar.

Na década de setenta, contudo, a situação do ensino médio e superior iria se modificar consideravelmente. O país experimentara no pós-guerra um rápido crescimento econômico ao lado de um contínuo incremento populacional, com permanência dos altos índices de crescimento anual de população. As necessidades de novos quadros médios e superiores eram maiores mas o número de vagas nas escolas públicas e particulares não acompanhava o mesmo ritmo. Algumas profissões apresentaram demandas reprimidas elevadas. Os melhores centros de formação superior resistiam às pressões pelo aumento de número de vagas para as séries iniciais com receio de rebaixar o nível de ensino, em face dos recursos limitados colocados à disposição das Universidades. Os vestibulares tornaram-se verdadeiros “torneios” e os candidatos eram preparados para competir numa autêntica maratona de resistência física e intelectual. Como decorrência desse afunilamento, multiplicaram-se os “cursos preparatórios” ou “cursinhos”, diminuindo ainda mais as possibilidades dos que eram desprovidos de recursos. O sacrifício das famílias de rendas limitadas que almejavam manter seus filhos em escolas superiores também cresceu. Na verdade, o sistema era implacável e, com certeza, desperdiçou verdadeiros talentos, em virtude do rígido sistema habilitatório e classificatório, vigente em face do reduzido número de vagas. Candidatos aprovados com médias superiores a sete e considerados “excedentes” foram impedidos de ingressar principalmente em faculdades de medicina, engenharia, arquitetura e direito.

A sociedade pressionou o governo e obteve, depois de 1964, o reconhecimento do problema. Em poucos anos, ampliaram-se as vagas nas Universidades e ao mesmo tempo os cursos noturnos para determinadas carreiras. Na década de setenta foi a vez dos cursos de pós-graduação conhecerem nova regulamentação e expansão. Desse modo, as estatísticas de atendimento global da população universitária melhoraram sensivelmente.

Pelo menos nos Estados onde as pressões para a expansão do ensino eram maiores, como o Estado de São Paulo, por exemplo, quase que concomitantemente, a sociedade reclamou o aumento da rede oficial do ensino médio. Do mesmo modo, existia afunilamento para o ingresso no antigo curso ginasial através de um “exame de admissão” que, em certas regiões, exigia bom aprendizado e razoáveis conhecimentos gerais. Essa barreira foi interposta justamente porque o ensino básico, em geral, não apresentava homo-

gencidade de formação dos alunos, que dependia mais do nível de ensino de cada escola. A escola elementar continuava deficiente, voltada, principalmente, para a alfabetização, descuidando-se da formação global da criança.

No entanto, a passagem da escola primária para a secundária representava um degrau considerável na formação do jovem. Na sociedade de então a frequência a um curso ginasial diferenciava bastante o indivíduo. Facultava-lhe o acesso a profissões mais valorizadas pelo corpo social, embora o seu horizonte intelectual ainda fosse considerado restrito.

O acesso ao segundo grau decorria como uma continuidade natural àqueles cujas condições familiares apresentassem recursos para custear os seus estudos.

Dividida em sete anos de estudos, a escola secundária lograva, em termos qualitativos, alcançar resultados razoáveis no que respeitava à formação global do indivíduo. Apesar do nível não ser dos mais elevados, se comparados com o dos países mais ricos da época, a escola secundária fornecia ao estudante uma posição melhor para os embates futuros da vida. Embora poucas conseguissem prepará-lo, suficientemente, para o ingresso na Universidade. A formação básica era atingida em Humanidades, Ciências Exatas e Biológicas, com conhecimentos fundamentais em línguas clássicas e estrangeiras, além de um aprendizado razoável do vernáculo. Pecava a escola pelo desconhecimento prático da vida compensado unicamente pela aquisição de uma formação básica que acabava permitindo à maioria enfrentar com mais condições e segurança a dura competição. Ainda que poucos conseguissem vencer essa passagem pela escola secundária, ela, como instituição, permanecia prestigiada. Constituíra, mesmo, uma meta a ser atingida, um ideal reservado aos filhos por aqueles que, por motivos vários, não lograram participar dessa viagem.

No final da década de sessenta foi abolido, no Estado de São Paulo, o "exame de admissão". Abriam-se as portas da escola secundária. O ingresso passou a ser automático. Não houve, no entanto, o cuidado de investir primeiramente na melhoria do ensino básico, que permaneceu fraco, com tendência, nas áreas metropolitanas, a decair ainda mais de nível.

O "inchaço" do ensino secundário não foi, também, acompanhado de um bom planejamento escolar. Os novos cursos instalaram-se precariamente. Nas escolas já existentes, criaram-se turnos adicionais e os bancos escolares passaram a conhecer índices de ocupação diária de "alta rotatividade". Os orçamentos estaduais do ensino básico e secundário ficaram sobrecarregados. A antiga organização da escola sucumbiu e perverteu-se. Não sobrava mais tempo para nada, em face da transformação desordenada introduzida. Nem para os poucos funcionários cuidarem dos seus serviços, nem para os professores, sobrecarregados com a carga horária depois de alterações nos seus regimes de trabalho.

Paralelamente, os docentes passaram a enfrentar centenas de alunos com deficiências básicas de linguagem, de aprendizado, de ausência de conhecimentos elementares. Tornou-se muito mais profundo o fosso entre o professor consciente de suas tarefas básicas de instruir e educar e o aluno despreparado.

A pressão por novas vagas na escola pública levou os dirigentes responsáveis pelo aparelho educacional a permitir a formação de classes com mais de cinquenta alunos e à redução dos períodos de permanência do aluno na

escola, graças ao expediente de encurtar a duração das aulas e eliminar os tradicionais intervalos entre aulas.

A verdade é que a repetência cresceu assustadoramente, principalmente nas duas primeiras séries, atingindo em alguns casos de 70 a 80%. No Estado de São Paulo, por exemplo, a Secretaria da Educação iniciou processo de pressão de cima para baixo, desde as antigas inspetorias, passando pelas diretorias e desaguando nos professores, no sentido de aprovar a qualquer custo a grande massa de repetentes. Na ocasião os professores estáveis com concurso puderam resistir a essas investidas mas não se podia exigir igual comportamento do novo exército de professores contratados a título precário, ameaçados de corte nas suas funções no final do ano letivo.

A justificativa da política educacional de então era expandir primeiro a rede para aperfeiçoá-la depois. A Secretaria acenava para todos que essas modificações faziam parte de uma grande "revolução" no ensino do Estado. Só que, como sempre acontece com políticas improvisadas, ocorreu tão-somente o crescimento físico da rede de ensino sem que se desse o tão esperado aperfeiçoamento. Isso porque, dentre outros fatores, os custos dessa expansão foram muito altos: construção e reforma de prédios, contratação de novos funcionários e sobretudo de professores.

Aliás, os mestres sofreram duro golpe seja pelo aumento da carga de trabalho, seja pela diminuição das condições para o exercício dos seus misteres, seja pelo fato de sofrerem uma corrosão irreparável nos seus salários. O professor atingiu a pior marca na escala de valorização da sua função. Embora com a expansão paralela ocorrida no ensino superior crescessem as oportunidades para a diplomação de novos mestres. Na realidade, anualmente, formaram-se milhares e milhares de recém-licenciados e a sua absorção pela rede de ensino foi quase imediata. Pelo menos, nos primeiros anos da expansão.

Não obstante, as condições oferecidas para o trabalho dos docentes decaíram consideravelmente. A começar pela remuneração, que, mercê de artifícios introduzidos nos cálculos do seu estipêndio básico, aviltou-se. Em São Paulo, o referencial básico previa, inicialmente, 12 horas/aula mínimas por semana para um determinado salário. Esse mínimo passou seguidamente para 14, 18 e, logo, para 22 horas/aula. Com isso o cálculo da remuneração das aulas extraordinárias caiu sensivelmente, o que obrigava o sofrido e sacrificado professor a trabalhar 36 a 44 horas/aula por semana, sem ser pago pela preparação das suas aulas e outras atividades extracurriculares (reuniões para elaboração de currículos, atendimento e orientação de alunos, correção de provas e até tarefas suplementares como apoio e orientação moral a alunos carentes). Sem falar das deficiências de instalações adequadas e material didático. O professor que resolvesse os seus problemas práticos com a improvisação, com a imaginação. Era ele que se defrontava com as salas abarrotadas, mal-iluminadas, carentes de segurança e vigilância. O magistério, pouco a pouco, degradou-se como profissão e categoria. A pá de cal no sistema foi a entrada dos recém-formados, filhos e netos do crescimento desordenado do ensino superior que, despreparados intelectualmente, contribuíram para rebaixar a qualidade do ensino e comprometeram a antiga imagem de competência profissional.

O ensino secundário atingiu níveis qualitativos dos mais baixos da sua história, embora apresentasse crescimento da sua rede e maiores índices de atendimento dos jovens em idade escolar.

O aspecto mais grave diz respeito aos baixos resultados obtidos pelas escolas: os adolescentes passam, agora, oito anos no que se convencionou chamar de ensino de primeiro grau e três anos no ensino de segundo grau e exibem, ao final, falhas e lacunas graves na sua formação geral: uma deficiência no raciocínio lógico, desconhecimento de vocabulário, ignorância da sua localidade, da sua região, do seu país e do mundo. Não conhecem as raízes da sua cultura, crescem sem eixo e nem bússolas que os orientem, sujeitos a dar "trombadas" na vida, com conseqüências imprevisíveis. Evidentemente, não são culpados e sim constituem-se em vítimas do descaso a que os governantes relegaram a educação e a cultura neste país.

Os tecnocratas que estiveram à frente da remodelização do Brasil pós 64, nos idos de 1971 (Governo Médici) editaram a Lei nº 5.692 sob a batuta do ministro Passarinho. Por falta de visão global dos acontecimentos sociais, por inexperiência e por quererem estar sintonizados com os "modismos" da época, embarcaram na reforma do *ensino profissionalizante* previsto por esse texto legal. Talvez, até os dias de hoje, se sintam recompensados pelas estatísticas fabricadas por eles e interpretadas segundo os vieses de sua deficiente formação geral e que, eventualmente, acabam apresentando resultados favoráveis aos seus propósitos. A verdade é que, em virtude dela, não se formaram nem acadêmicos, nem profissionais de coisa alguma. A reforma emperrou e perdeu-se mais uma boa oportunidade de reverter os destinos da educação brasileira.

Na atualidade, o ensino secundário mais parece uma massa falida e os agentes transformadores (os mestres) perderam o seu principal papel. Os mais antigos desiludiram-se, proletarizaram-se sem o desejar, e os mais novos, que não lograram obter uma formação adequada, degradaram a qualidade do ensino e, em alguns casos, até a boa imagem moral da escola. Essa, como já se disse, não é mais um ambiente do saber, de amadurecimento físico e intelectual e repositório das melhores tradições cívicas e morais da nacionalidade.

O que é mais dramático: essa massa, despreparada intelectualmente, sem formação básica, sem meios próprios para "crescer" para os embates da vida, desemboca na Universidade. Para isso, aparentemente, passa por um "rigoroso" e "cansativo" exame vestibular onde, acima de tudo, o aluno tem de aprender a ser "esperto" e "inteligente". A "esperteza" consiste em driblar a bateria de testes que lhe são submetidos, onde deve, acima de tudo, isolar duas questões aparentemente corretas (não absurdas) e dentre ambas escolher a certa, jogando, assim, com 50% de chances de acerto e erro. Os vestibulares, até há pouco tempo integrados para as diferentes carreiras, têm o seu critério de avaliação final ponderado de acordo com as especialidades. Assim um aluno que opte pela engenharia pode, em tese, ser aprovado mesmo que tenha apresentado um fraco desempenho nas matérias "não-específicas" como geografia e história; do mesmo modo um candidato pode ser vitorioso na sua pretensão ao curso de Direito, ainda que seja nulo em matemática, física etc. Desde que tenha tido o cuidado, como é o caso da FUVEST, de não fazer jus a nenhuma nota zero.

Esse estado de coisas, tomou-se possível pela retirada da exigência de notas *mínimas eliminatórias*. Há casos em que em 2ª ou 3ª opção os candidatos são praticamente “aprovados”, com médias bastante baixas, para as carreiras menos procuradas e que, portanto, dispõem de vagas disponíveis. O fato melancólico é que esses candidatos, em sua maioria, obtiveram notas muito baixas nas matérias e especialidades para as quais foram-lhes atribuídas as vagas remanescentes. Assim, alunos de 1º ano do curso de Letras Modernas, com opção em Alemão, por exemplo, desconheciam completamente o alemão e o professor desses alunos tinha a nobre tarefa de alfabetizá-los em alemão! Discípulos caídos do céu....

Na verdade, alguns alunos mostram-se completamente jejunos, desconhecendo tudo sobre a sua nova especialidade escolhida e, principalmente, sobre o futuro que lhes reserva a futura carreira, em termos de deveres profissionais. Essa situação distorceu completamente a relação universidade-aluno. Tudo parece válido para se obter uma vaga num curso superior.

A partir da reforma universitária empreendida pelos governos autoritários após 1968, o fulcro das transformações operadas nas Universidades tornou-se difuso. Isso porque as Leis nº 5.540 e o Decreto-Lei nº 464 que delinham a reforma empreendida no Governo Costa e Silva e que tinham sentido propriamente universitário foram distorcidos, a partir do Governo Médici, pelos seus executores, traíndo o espírito que norteou aqueles textos legais. Ao invés de concentrar a atenção na melhoria da qualidade do ensino, os tecnocratas que tomaram de assalto os órgãos educacionais praticaram uma política imediatista que rapidamente resvalou para a corrupção e o clientelismo. Na área federal expandiu-se o ensino superior oficial, criando-se Universidades federais em todos os Estados Brasileiros. Na área do ensino particular, permitiu-se e facilitou-se a abertura de centenas e centenas de faculdades e escolas, sem atentar para os necessários estudos de viabilidade a curto, médio e longo prazos, das carreiras a que se destinavam; não se levou em conta a clientela a ser atendida, nem foram examinadas as possibilidades financeiras desses estabelecimentos de arcarem com a manutenção dos cursos superiores recém-criados (que sabidamente são altamente custosos). Uma série de denúncias foram realizadas pela imprensa dando conta da existência de uma rede criminosa de intermediação visando a contornar a burocracia federal em favor das instituições privadas que desejavam obter aprovação dos órgãos superiores para a criação e expansão dos seus cursos. Uma fase negra de desmandos e protecionismo assolou o Ministério da Educação. Graças a essas práticas chegou-se a um resultado surpreendente que pode ser resumido nesse imaginário mas provável comercial, que diria: “Não saia de casa; curse a sua faculdade no seu próprio bairro ou mesmo na sua própria rua”.

Por outro lado, algumas Universidades flertaram com os “modismos” e adotaram programas curriculares à moda norte-americana, sem atentar para as grandes diferenças existentes entre os dois meios universitários no que se refere às fontes de recursos, à organização acadêmica, tipo de clientela etc. Na Universidade de São Paulo, por exemplo, foi implantado o sistema de cursos semestrais que, apesar de não ser a causa dos maus resultados obtidos, em certas áreas, não se adaptou convenientemente, pois apresentou dados surpreendentes em termos de aproveitamento escolar. Um aluno do curso de História conclui seu aprendizado de História da Antiguidade conhecendo

dela tão-somente menos de 1% da matéria que, normalmente, um professor secundário deverá assimilar para o desempenho das suas funções. O mesmo provavelmente ocorrerá nas outras matérias do seu currículo, pois, o sistema de cursos semestrais, com as condições e peculiaridades do meio universitário brasileiro, pode predispor o professor a programar apenas cursos monográficos, isto é, um curso centrado num determinado assunto e restrito a um período cronológico delimitado, de modo a permitir que, no decorrer de 15 semanas (que é a duração do semestre escolar), a matéria prevista possa ser desenvolvida, incluindo os trabalhos e provas exigidos do aluno como avaliação do seu aproveitamento.

Será a organização dos cursos semestrais, com a atribuição de créditos, um sistema inconveniente ao sistema universitário dos Estados Unidos? Parece que, para a realidade acadêmica norte-americana, o sistema é salutar, pois foi fruto das condições existentes naquele país. Em primeiro lugar, ali, em geral, o aluno fica disponível, para os seus estudos, em tempo integral, além do que se apresenta muito melhor preparado pelo ensino secundário. Depois, a Universidade possui um corpo docente bem maior e, acima de tudo, pode oferecer uma variada opção de cursos para os alunos, de modo que estes, devidamente orientados, podem suprir as suas necessidades curriculares, preencher as lacunas da sua formação e, ainda, concentrar os estudos na faixa mais próxima dos seus interesses profissionais futuros. Ademais, os acervos bibliográficos são riquíssimos, não obrigando os acadêmicos a realizarem grandes deslocamentos para as suas consultas. Por fim, o aluno sabe que a mentalidade dominante nas escolas e no meio profissional é a da competição e que as avaliações realizadas ao longo do seu curso irão pesar consideravelmente na disputa do mercado de trabalho futuro. Além do que, a sua instituição está ligada à possibilidade dos alunos se transferirem, com a maior facilidade, de uma Universidade para outra. O número de créditos está assim intrinsecamente ligado ao sistema, o que não se dá no Brasil. Essas considerações preliminares já podem dar idéia das diferenças existentes entre uma situação e outra. Deve-se, pois, compreender em termos de complexidade o que representa a mudança de uma estrutura curricular, como a que foi operada dentre outras pela USP, para toda a comunidade acadêmica, sem contar que em várias unidades da universidade paulista funcionam cursos noturnos onde o nível de aproveitamento é, ainda, mais baixo.

A partir da década de setenta houve grande incentivo ao programa de pós-graduação objetivando a formação de docentes para as recém-criadas escolas e universidades e ainda atender à expansão das existentes. O programa assentou-se no sistema de cursos semestrais e acreditou-se, enganosamente, que as deficiências dos cursos de graduação acabariam sanadas ou minimizadas durante o programa de pós-graduação.

Nada poderia ser muito diferente uma vez que os candidatos traziam, em sua maioria, todas as imperfeições da escola secundária e do curso universitário. Um corpo discente com falhas graves de conhecimento básico das matérias cursadas e ausência de raciocínio crítico só poderia comprometer o nível do programa, rebaixando-o. Embora alguns alunos conseguissem participar razoavelmente durante as aulas expositivas e seminários, esbarravam em dificuldades maiores, por vezes insanáveis, quando tinham necessidade de colocar os seus conhecimentos por escrito ou quando lhes era solicitado um

plano geral da sua pesquisa, tarefas que exigem um domínio da expressão verbal e escrita, capacidade de síntese e juízo crítico.

Sem dizer que muitos têm dificuldades adicionais tais como leitura oral difícil, freqüentemente trôpega com troca de palavras, e desconhecimento ou pouco treino de tarefas básicas como resumo de um artigo de um livro. Outros mais ousados revelam uma faceta surpreendente de comodismo, pouco entusiasmo, como, por exemplo, o caso daquele aluno que propôs ao professor para simplificar, definitivamente, o seu trabalho a adoção de um *Manual* para que ele pudesse se concentrar só naquele livro durante o curso! Ou, também, daquele outro que, freqüentando um curso de literatura, solicitou ao professor a indicação de edições compactas dos romances solicitados como de leitura obrigatória, pois estava “perdendo” muito tempo em tentar lê-los no original!!!

Evidentemente, esses não são todos os problemas do ensino superior. Não se poderia deixar de lado outro cancro surgido nas Universidades, decorrente da revolução de 1964, e que se desenvolveu, principalmente, nos dez primeiros anos, refletindo-se com muita intensidade no ambiente universitário. Aliás a ideologização da Universidade atingira níveis preocupantes desde 1961/62 com a decretação de greves seguidas que paralisaram por bom tempo as atividades escolares. A cassação de professores, o afastamento e aposentadoria de outros docentes traumatizaram a Universidade brasileira e geraram protestos generalizados de docentes, funcionários e alunos. Em contrapartida, instalou-se um clima de politização entre os docentes e diversos grupos radicais de esquerda e de direita gastaram o seu tempo catalogando e rotulando os seus colegas de ensino. Vários professores definiram-se pela militância em organizações partidárias legais ou clandestinas. Dessa maneira, o ambiente universitário ficou envenenado. Instalaram-se a cizânia e a discórdia. Os alunos, contaminados pelo clima e habilmente manipulados por docentes radicais, desviaram-se das tarefas primordiais e atolaram-se em manifestações de hostilidade continuando a se utilizar do “grevistas”. Igualmente, ao cabo de algum tempo, passou a funcionar a todo vapor a *patrulha ideológica* aos docentes e aos alunos. Em decorrência da espionagem, tanto do governo quanto dos patrulhadores, os mestres de tendência liberal e democrática que, imbuídos da sua função de educar, buscavam mostrar ao aluno os caminhos que o levariam à formação do seu juízo crítico próprio, passaram a ser encurralados e, dependendo do grau de autoritarismo reinante em cada departamento, registraram-se sérias hostilidades e graves ameaças aos que desafiassem os patrulhadores. Felizmente, após a anistia e a abertura política o ambiente, pouco a pouco, desanuviou-se. Hoje, já é possível ministrar as aulas com liberdade, inclusive para a indicação de bibliografia selecionada sem patrulhamento. Do mesmo modo, os grupos antagônicos parecem voltar a se respeitar. Mas não há dúvida que as seqüelas desse difícil período do ensino universitário atingiram milhares de pessoas e marcaram indelevelmente a história cultural do país. O ambiente “antiuniversitário” provocado pelo governo autoritário e pelos “democratas” da esquerda radical estará, por certo, gravado na memória dos que o suportaram, ainda, por um período bastante longo.

Como pôde ser percebido, o descaso para com a questão educacional não se restringe unicamente à concessão de maiores verbas ou à desassistência a escolas e universidades. O problema é mais profundo. De fato, sempre

que se tentou mudar os rumos da instrução e da educação brasileira, as reformas em busca de novos caminhos foram baseadas em enfoques superficiais ou em princípios mal-assimilados ou distorcidos ou para satisfazer “modismos”. Não se levou a sério um estudo consentâneo com a realidade brasileira. Não se deve esquecer que, em matéria de educação, a inovação não pode ser intentada à esmo. Os educadores sabem que o aprendizado do ser humano obedece a fases e a caminhos já observados e testados há quase dois milênios. É terreno perigoso para experiências irresponsáveis, pois os sujeitos das experiências são indivíduos racionais e não drosophilas ou ratos, tradicionais cobaias das experiências científicas.

Qual o resultado final, palpável a qualquer observador de todos esses descaminhos da educação brasileira?

Primeiramente, uma inversão de valores altamente danosa para a sociedade e para o país. O que se assiste hoje, dentre outras, é uma *busca desesperada pelo diploma*, como se ao diploma correspondesse “automaticamente” um bom desempenho da função. O que é mais grave, na verdade, o diploma resolve “cartorialmente” o requisito legal exigido para o preenchimento dos cargos da burocracia governamental e até no campo empresarial. Em torno dessa atitude, chancelada pelo comportamento social, gravitam os interesses e as expectativas da juventude atual, o que contribuiu para a queda do nível dos cursos, na atualidade, beirando à mediocridade.

Outra atividade que está adquirindo foros de verdade é a *aceitação da incompetência* em todos os níveis e atividades, tudo evidentemente com a devida anuência da sociedade. Esta está incorporando, no cotidiano, as ações incompetentes como uma decorrência inarredável. No entanto, a população corre sério risco no momento em que esse comportamento se tornar uma regra. Os incompetentes não-assumidos ficarão abrigados por detrás desse biombo. Imaginem-se hospitais incompetentes, serviços públicos essenciais incompetentes (como corpo de bombeiros, serviços de abastecimento de água e luz, obras viárias como pontes, viadutos etc), escolas incompetentes, produtos industriais (carros, aparelhos de precisão etc)? Nesses casos, a sociedade razoavelmente organizada começa a se desmoronar. Não se sabe onde se poderá chegar. É inimaginável!

Onde colocar os “competentes” nesse universo de aceitação e conformismo vigente na atualidade? Por certo vivem um drama. Quem sabe compõem uma minoria social de “aves raras”, um verdadeiro zoológico de animais mal-humorados num mundo de burros felizes?

Em resumo, o ensino caminha para se constituir numa escória no conjunto das atividades sociais. A docência, no elenco das categorias profissionais, é um trabalho de pouca compensação material e intelectual. Uma autêntica sucata intelectual.

Onde estará a raiz do problema? Sabe-se e identifica-se facilmente uma série de falhas como, por exemplo, que o ensino básico é deficiente, que os cursos não passam de meras escolas de alfabetização como há 100 anos atrás, divorciadas da realidade; que o ensino técnico, embora pertença eternamente ao programa dos políficos, jamais foi encarado com seriedade, salvo com raríssimas exceções. Tantas outras mazelas já enumeradas e discutidas acima.

A solução, então, estaria na prioridade ao ensino básico e profissional? É claro que sim, *mas não só*. A solução não comporta a efetivação de apenas

uma ou duas ações. O problema educacional brasileiro é matéria complexa. Isso significa que múltiplos segmentos da realidade têm de ser exaustivamente analisados e pesados. Os fatos concretos estão aí agredindo a sociedade, tal a evidência. Os maus resultados também estão aí para serem vistos e suportados. O que está faltando é uma *política educacional* que abranja o ensino básico, médio e superior, cujo planejamento seja previsto a curto, médio e longo prazos e que seja capaz de inverter essa maré montante do comodismo e da incompetência. Além de uma autêntica política educacional, o país está precisando de um sistema educacional que seja capaz, ao mesmo tempo, de aproximar a distância que medeia a realidade do ensino ministrado de tal modo que o concreto e a experiência sejam incorporados no processo da formação da criança e do adolescente; também que seja capaz de inovar, de transformar a mediocridade em que estão mergulhadas a cultura e a educação, abrindo novas oportunidades de crescimento e de conhecimento. Plasmar uma nova realidade, esse seria um desafio a ser vencido; mudanças que fossem suficientes para elevar o baixo nível de preocupações do cotidiano presente do brasileiro, mudar comportamentos seculares das pessoas que não passam de repetições rotineiras do passado de obscurantismo e ignorância em que o país ficou imerso durante séculos. Uma educação que seja próxima das necessidades reais da nação, mas que permita mudanças para remover o bolor que encobre o passado cultural, conservando as principais raízes da nossa cultura, de modo a permitir a edificação de uma verdadeira cultura nacional adaptada ao nosso tempo.

Para isso, não há dúvida, há necessidade de adoção de uma *nova filosofia educacional*. Esse é um debate imprescindível para se lograr modificações duradouras. Fora desse caminho tudo não passará de mera ilusão.

Da premência da questão ninguém deve duvidar porque é sabido que ela está na base dos graves problemas do país.

A atual educação está decadente: essa é uma verdade que tem de ser assimilada por todos. As suas estruturas não atendem mais nem ao presente e nem são suficientes para o futuro.

III. O DESENVOLVIMENTO DOS VALORES BÁSICOS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL

Como uma das conseqüências do baixo nível de instrução e de educação do povo brasileiro e pelas distorções ocorridas no sistema educacional, os valores básicos da convivência social ou não são observados ou perverteram-se. Isso porque alguns são desconhecidos do grande público, outros perderam o seu significado mais profundo, tornando-se simples penduricalhos para serem ou não usados por cada um conforme as suas conveniências.

O certo, no entanto, é que a sociedade como um todo acaba padecendo desse desconhecimento ou da sua pouca utilização como norma de convivência social. Distorcem-se os valores, degradam-se os níveis de relacionamento, medra o individualismo egoísta e os setores mais desprotegidos da sociedade conhecem dificuldades acessórias de sobrevivência.

O primeiro sintoma de que a situação é preocupante é o que respeita ao *cumprimento da lei*, inquestionavelmente, abalado, no presente instante, no país. Desde as camadas que deveriam zelar pelos ordenamentos jurídicos, por obrigação funcional ou por maior conhecimento das implicações negati-

vas do seu cumprimento, até os mais simples que, talvez defensivamente, se viciaram em desrespeitá-los ou ignorá-los, enfim, todo o conjunto da sociedade parece não perceber a gravidade desse fato.

A lei positiva, a lei vigente pode ser contestada em nível elevado (e através dos canais competentes previstos para isso), devem mesmo os cidadãos procurar aperfeiçoá-la. Porém enquanto vigente, não pode e não deve ser desrespeitada como se fosse material descartável. Não se pode, arbitrariamente, numa iniciativa individual ou grupal, decidir que a lei não é justa ou impraticável e, portanto, unilateralmente, resolver não acatá-la. Esse ato tanto é grave por parte dos governantes quanto por parte de empresas e indivíduos.

O desrespeito à lei já não provoca arrepios nos seus transgressores. Principalmente, quando a natureza do cargo ou o temor que infunde o poderio dos governantes são mais fortes que o poder desarmado da Justiça. A descrença de que a Justiça possa alcançar pessoas poderosas sobrepujou o que parecia ser uma antiga certeza, a de que a lei era igual para todos e os seus efeitos e sanções pudessem atingir a qualquer um. Talvez coubesse lembrar também o "irrealismo de certas leis" (como por exemplo, muitos dos preceitos legais votados pela Constituinte) que em pouco se tornam "letra morta", desmoralizando a própria noção do *império da lei*.

Outro aspecto negativo que se propagou por todo o país e se disseminou por toda a população é o de que os governantes não se mostram mais como "*pessoas justas*". De fato, o que se espera de uma autoridade, dentre outras funções, é o exercício da justiça, pois essa deveria ser o grande anteparo dos fracos para não serem massacrados pela força, pelo arbítrio e poder econômico dos poderosos. O que se espera de um funcionário sustentado pelo dinheiro público senão que, no mínimo, seja dotado de sensatez, senso de justiça e equilíbrio? Em contrapartida, o que se tem visto e assistido na última década? Autoridades vingativas, perseguidoras, atrabiliárias ajudando a desfazer o antigo mito de que, recorrendo-se ao governo, pelo menos poder-se-ia ter a justiça. No nosso país, as autoridades de hoje exatamente têm-se primado em exibir uma face arrogante, de profundo escárnio pela honradez, pela competência, e, acima de tudo, mostrado um viés profundamente injusto.

Também, a velha confusão entre *o que é público e privado* no Brasil, datada desde os tempos imemoriais da Colônia, assumiu dimensões incalculáveis. Os limites são não só completamente desconhecidos pelos amplos setores da população como perderam qualquer significado para a burocracia estatal. O exercício de um cargo público perdeu o seu caráter e o seu significado excepcional. Tudo não parece passar de uma extensão dos negócios particulares. Essa conveniente associação entre o público e o privado faz com que o erário "pague sempre o pato". Por que não aproveitar as máquinas ociosas da prefeitura do "Caximbó" para "dar uma mão" ao filho do prefeito que, ainda, não pôde construir a sua casa? As máquinas estão lá, os funcionários já estão mesmo sendo remunerados, o material não vai fazer falta — por que não utilizá-los numa causa tão justa? — sentencia a *nova lógica da administração pública brasileira*. Quando o administrador *quer* não se deve medir esforços para executar e jamais se deve indagar *se pode*. Essa dúvida ficou completamente fora de moda e mesmo perigosa para quem ouse vacilar ao cumprimento de uma ordem. Céus e montanhas devem ser removi-

dos para se conseguir o que a autoridade pedir. Esse, aliás, é o sinal mais valorizado no rol das competências que a nova administração observa no desempenho dos seus funcionários. Quem se perguntar, por exemplo, para que se está construindo tal obra incorrerá em falta grave, passando a ser rotulado como indivíduo perigoso, se insistir em zelar pelo bem público.

Na verdade, a administração pública, com raras exceções, foi tomada de assalto e ninguém mais faz questão de disfarçar. Pelo contrário, seguem o conselho de Napoleão, para quem a melhor defesa era o ataque. No caso, o que se recomenda é a pilhagem sem enrubescimento.

Constata-se facilmente o estado de desinformação do cidadão com respeito aos seus *direitos e deveres*. Desse desconhecimento surgem situações penosas para todos, tais como arbitrariedades perpetradas pelos próprios cidadãos uns contra os outros, pelo poder público contra os indivíduos e empresas e pelas empresas contra as pessoas. O brasileiro comum é um ser amedrontado, pois, teme a lei e, ao mesmo tempo, ignora o mais corriqueiro dos seus direitos. Para ele tudo pertence ao domínio da concessão, da bondade do próximo. Daí o seu afã de lutar para “arrumar as coisas”, “ajeitar”, “agradar” o fulano ou sicrano para conseguir o que deseja. Não importa por que meios. Parte do princípio de que tudo é possível, desde que se saiba obter. Essa preocupação faz com que o pobre indivíduo confunda tudo, misture as coisas. Nesse turbilhão tudo fica irreconhecível, nada fica de pé: princípios, leis, organização, hierarquia etc. Como um poderoso detergente, o brasileiro dissolve tudo o que encontra pela frente: instituições, ideologias e sistemas. Procura amoldar os seus desejos e deveres aos princípios mais simples do seu dia-a-dia, onde as palavras-chaves são poucas, como “conseguir”, “ajeitar”, “agradar”. Não se questiona se se trata de um direito ou não, porque parece, também, não crer em nada, salvo na sua capacidade de amoldar a realidade aos seus quereres.

Em outros aspectos, como os das liberdades públicas, não age como um atemorizado. Para ele, por exemplo, a rua é continuação da sua casa, a praça é um domínio absoluto seu, as empresas prestadoras de serviços públicos têm de se submeter à sua vontade egofsta. A rua é absolutamente pública, isto é, domínio seu. Não pode haver limites à sua liberdade. “Vale tudo”, como o refrão de sucesso musical recente ou da telenovela de grande audiência, bem no espírito da “lei de Gerson”. Pode sujá-la, lavando o seu carro ou consertando a sua máquina. A sujeira deve ser levada para a rua, transferindo milagrosamente o problema da conservação e limpeza para a municipalidade. A falta de espaço na sua casa pode ser compensada com a extensão do seu domínio sobre a rua. Curiosamente, esse comportamento não é só comum a pessoas do povo mas é praticado e endossado por pessoas de posses materiais e intelectuais. Assim, é comum assistir-se senhoras de “classe” mandar jogar lixo ou entulho em praças públicas ou em terrenos baldios. O que dizer do ruído? Buzinas intermitentes sendo acionadas como códigos para pessoas de uma mesma família, por exemplo, para agir como sinal para abertura da garagem da residência ou avisar da chegada ou saída das pessoas ou para despedir ou saudar conhecidos. Seguidamente, ouvem-se gritos lancinantes para chamar os filhos ou para alertá-los de algum perigo iminente. Práticas de saudações ruidosas em bares e restaurantes em completo desrespeito aos que lá se encontram. Particular referência à “ditadura” que se permite às crianças, que acabam impondo os seus desejos egofsticos em público e a

quem se faculta o direito de perturbar todos os presentes com a cumplicidade, displicência e comodismo dos pais.

Não há dúvida que a fórmula *direitos/deveres* não é mágica e para funcionar a contento há necessidade que seja estabelecida uma via de duas mãos. No caso, como o indivíduo não conhece seus direitos e acima de tudo não tem a satisfação de exercê-los e de vê-los respeitados, não entende a recíproca, que é o cumprimento dos seus deveres. Aliás, o cumprimento desses deveria trazer compensações idênticas de alegria, pois, quem participa desse universo civilizado compreende a utilidade desse jogo e zela pelo bom andamento das suas regras.

Percebe-se, assim, como fica difícil contar com a participação e a solidariedade da população com tais características para qualquer propósito, por mais simples que se apresente. O que dizer da adesão a qualquer projeto ou mesmo compreensão para qualquer medida? Por desconhecimento do que é infinitamente simples torna-se difícil explicar o que seja razoavelmente complexo. Por não possuir um referencial básico o brasileiro tende a deturpar qualquer medida, projeto, regulamento etc., procurando imediatamente qualquer "brecha" que lhe sirva de saída para satisfazer os seus propósitos egoísticos. Não consegue divisar os fatos de uma maneira global (os que lo-gram parecem não acreditar neles). Por outro lado, a "sabedoria popular" estimula comportamentos individuais pois, segundo ela, encontrar uma brecha, burlar um regulamento tem significado positivo para o indivíduo que o pratica, dá idéia de que é dotado de incalculável dose de "esperteza" e, no país, "esperteza" é sinônimo da mais alta inteligência. Não é à toa que falsários, estelionatários gozem, algumas vezes, da admiração popular pelos seus altos dotes e capacidade de enganar ou "trouxas".

Por certo a maioria da população se esquece de que um indivíduo mal-intencionado conta "a priori" com uma vantagem que é a boa-fé do próximo. Desse modo, todas as suas ações são dirigidas objetivando ludibriar o outro e esse, possivelmente, imbuído de uma idéia muito difundida de que não se deve desconfiar do próximo a menos que haja razoáveis motivos para isso, continua em desvantagem nesse embate desigual. O êxito relativo obtido pelos espertos reside nesse segredo de polichinelo. Se a sociedade agisse como os espertos, por certo seria acusada de discriminatória, de açodada nos seus julgamentos. Exatamente porque existem essas regras preventivas é que os mal-intencionados conseguem tanto sucesso inicial.

A ausência de regras ativas de convivência social gera uma indefinição da sociedade, uma incerteza quanto ao porvir, além de fazer desabrochar um apetite desenfreado nas pessoas, responsável por uma postura perante a vida extremamente materialista, nada solidária, que pode ser resumida na vontade de sempre querer "tirar vantagem" de tudo, em todas as ocasiões.

Por extensão, o que dizer dos princípios do *civismo* e do *sentimento de nacionalidade*?

Numa sociedade minada pelo oportunismo, pela esperteza, os princípios éticos em que se apóia o civismo não conseguem desenvolver-se. As gerações se sucedem e os seus componentes passam pela vida desconhecendo aspectos os mais corriqueiros do seu passado, o sentido e o valor de determinados fatos da sua história. Ninguém logra se identificar, se reconhecer. O único denominador comum é o interesse imediato e material.

No caso da nacionalidade, desde os tempos remotos, houve a exaltação dos seus valores mas num sentido, talvez, inadequado. Cultivou-se “o berço esplêndido”, o “gigante pela própria natureza”, “a terra em que se plantando tudo dá”, lemas populares que traduzem uma pseudo-superioridade do país e da sua gente. Esse movimento aliado a outro lembrava que “Deus é brasileiro”, “o povo é mais inteligente”, “o Brasil tem de tudo” etc., plasmaram gerações que acreditavam piamente no “paraíso brasileiro”. Ai de quem contestasse ou apenas colocasse em dúvida essas “verdades”! Levaria, no mínimo, a pecha de “mau brasileiro”, podendo ocorrer exaltação dos ânimos dos demais presentes e o contestador por certo teria de se calar sob pena de sofrer até agressões ou perda de amigos e desentendimentos maiores.

A nacionalidade não só se resume como não se esgota na exaltação. Essa, quicá, seja a faceta mais secundária do sentimento nacional. O conceito moderno de nacionalidade leva muito menos em conta os aspectos étnicos e se apóia mais nos elementos culturais. O conhecimento do passado é essencial assim como a realidade presente do país. No caso brasileiro, poucas pessoas, hoje em dia, se importam com a cultura. Como já se viu, a educação está falida. Não se pode esperar grandes transformações a curto e médio prazos com relação ao nível cultural da população. Daí a explicação para a prática dessa exaltação superficial e o fato dela gozar de tanto “Ibope”, até há pouco tempo atrás.

Porém, hoje, para uma parcela da população, principalmente para os jovens a imagem do “Brasil invencível” desabou. Sobretudo, porque se desconhece tudo sobre o país e, na falta de um *slogan* melhor, os moços abandonam o ídolo quase desconhecido para eles, sem grandes sentimentos nem ressentimentos.

O olhar inquieto dos jovens busca novas oportunidades. A velha Europa, os Estados Unidos, o Canadá e a distante Austrália passam a ocupar os seus sonhos. O Brasil vai passando, rapidamente, para a categoria de “bagaço”, sugado até o fim e abandonado no melhor estilo. As pessoas educadas e instruídas em outros tempos assistem estupefatas essas novas cenas. Não conseguem abjurar do seu conhecimento, não aceitam embarcar nos botes salvavidas que são colocados à sua disposição.

O país parece cindido no seu sentimento nacional.

Por fim, a convivência social é afetada por uma concepção enganosa do que seja *a competição*. Nesse cipoal de distorções, para a maioria dos brasileiros a competição tem um significado equívoco. Tem sido entendida e praticada como uma “guerra sem quartel”. Não se leva em conta a possibilidade dela atuar como instrumento de aperfeiçoamento. Tanto na acepção econômica quanto na profissional. Esta última está seriamente afetada, pois, o sentido que domina essas relações é o de que deve ocorrer sempre a destruição de uma das partes. A ação de competir tem de terminar, como nos torneios medievais, com a morte do adversário.

As pessoas que queiram praticar as regras sadias da competição, dentro de um ambiente de correção e honestidade, imediatamente serão malvistas. Sofrerão pesadas investidas e serão consideradas uma ameaça ao sistema da moral frouxa que se instalou no país, do Chuf até o Amazonas. As auras da frouxidão tentarão envolver os solitários combatentes, procurarão contaminar as respectivas auras e levá-las à dissolução. Como, geralmente, as pessoas

bem formadas resistem às investidas, fica declarada uma guerra que só terminará com a eliminação do "perigo". Todos os artifícios e artimanhas serão utilizados para remover a incômoda presença desse corpo estranho no conjunto da sociedade dominante.

Esses são alguns dos aspectos que estão a dificultar a coesão social no Brasil, alavanca indispensável para qualquer projeto de reerguimento do país.**

Recebido em 30 de janeiro de 1989.

ABSTRACT

This article gives particular attention to two deeply rooted evils that for some time have been eating away at the country's structures. Regarding the question of education, it points out the general decadence of primary, secondary, and upper education, on the one hand, and, on the other, it calls attention to the danger that the preparation of incompetent professionals in all areas of activity represents to the daily life of the nation. Finally it calls for the need of adopting a global political education founded upon a new philosophy that would be able to invert the present trend of accommodation and imperfection that reigns in the country. In regard to ignorance of basic values of sociability, the author understands that this problem hinders social life as a whole; distorts values; degrades the levels of relationship; exasperates the individual; and renders more difficult the survival of the weakest.

Key-words: *Brazilian crisis – educational philosophy – norms of sociability – educational issue*

(**) O autor agradece ao Prof. Roque Spencer Maciel de Barros pela leitura dos originais do capítulo referente à questão educacional e, sobretudo pelas sugestões e correções apresentadas. Também pela leitura, sugestões e incentivos às Profas. Cecília de Lara, Myriam Ellis e Nécia Vilella Luz. Do mesmo modo e, especialmente, à cuidadosa revisão realizada pela Profa. Neuma Barreto Cavalcanti.